

Submissão da YOUNGO para o Décimo Diálogo Técnico de Especialistas e Segunda Reunião do Programa de Trabalho Ad Hoc sobre a Nova Meta Coletiva Quantificada de Financiamento Climático (NCQG)

Opiniões da YOUNGO sobre a NCQG:

A NCQG deve respeitar os direitos humanos, o princípio da CBDR-RC (Responsabilidade Comuns Porém Diferenciadas - Capacidades Respectivas) e a obrigação dos países desenvolvidos, nos termos do Acordo de Paris, de fornecer financiamento público como o núcleo do NCQG, no contexto das responsabilidades históricas e seguindo o princípio do poluidor-pagador (polluters pay principle). O NCQG deve ser determinado pela melhor ciência disponível, incluindo o conhecimento dos povos indígenas e as necessidades e prioridades em evolução dos países em desenvolvimento e das comunidades afetadas.

Reconhecemos que o NCQG não existe em um vácuo e que o cumprimento do Artigo 2.1 só pode ser realizado no contexto de uma arquitetura financeira internacional reformada e do alinhamento dos fluxos financeiros. O financiamento fornecido no âmbito do NCQG deve evitar estratégias que agravem os encargos da dívida dos países beneficiários, priorizando doações e financiamentos altamente concessionais, especialmente para as submetas temáticas de adaptação e de pesquisa e desenvolvimento. .

O NCQG deve adotar uma abordagem centrada no beneficiário, incluindo de forma proeminente os princípios e caminhos de transição justa descritos no JTWP (Programa de Trabalho de Transição Justa), ao mesmo tempo em que garante a consulta, a capacidade de resposta e os direitos de povos indígenas, mulheres e grupos de gênero diversos, pessoas com deficiência, comunidades locais e mais afetadas, crianças e jovens, bem como outros compromissos processuais no âmbito do Acordo de Paris com relação às necessidades e prioridades de outros grupos para garantir a proteção, a equidade e a eficácia dos fluxos de financiamento climático. Esses devem ser destacados como princípios fundamentais com mandatos de operacionalização específicos em todo o texto.

O financiamento de Perdas e Danos é essencial para garantir os direitos humanos e a capacidade de resposta intergeracional e de gênero na NCQG, uma vez que as mudanças climáticas e a tomada de decisões financeiras têm impactos altamente desproporcionais sobre as mulheres e diversos grupos de gênero, com implicações de longo prazo para as gerações futuras, e a dívida resultante sobrecarrega injustamente as gerações mais jovens, que não têm nenhuma responsabilidade pelas mudanças climáticas.

Em última análise, a transparência precisa ser altamente aprimorada para a prestação de contas não apenas do quantum, mas também das outras questões qualitativas mencionadas acima, inclusive por meio da melhoria da compreensão do que conta e do que precisa ser

excluído da contagem como financiamento climático. Os novos arranjos de transparência devem incluir relatórios novos e aprimorados sobre Perdas e Danos, bem como sobre gênero e capacidade de resposta entre gerações, equivalência de doações e sustentabilidade da dívida, além de outras regras adicionais para a Estrutura de Transparência Aprimorada, conforme necessário pela decisão da NCQG.

Opiniões da YOUNGO sobre a organização do TED 10 e do MAHWP 2:

Entender a diferença entre discordância política e incerteza técnica é agora crucial nessas discussões. As posições sobre elementos como a estrutura, a base de contribuintes e o quantum já estão na mesa e não devem ser discutidas no TED 10, apenas durante o MAHWP 2. Queremos enfatizar que a base de contribuintes não pode ser o único tópico discutido.

Nesse sentido, gostaríamos de destacar a importância de discutir como facilitar os procedimentos de desembolso para os países em desenvolvimento, limitar as condicionalidades para a mobilização de financiamento climático e garantir a razoabilidade dessas condições.

Mais importante ainda, como representantes do Grupo Constituinte de Crianças e Jovens da UNFCCC, gostaríamos de enfatizar a importância de discutir mecanismos de consulta para permitir que os movimentos locais de jovens e as OSCs dos países em desenvolvimento participem da definição das prioridades para a NCQG, inclusive para pagamentos em suas respectivas regiões.

A implementação dos direitos humanos e a capacidade de resposta, consulta e direitos dos povos indígenas, mulheres e grupos de gênero diverso, pessoas com deficiência, comunidades locais, crianças e jovens, além das comunidades marginalizadas e mais afetadas, precisam de atenção especial. Esses assuntos cruciais precisam ter um TED dedicado, pois abrangem discordâncias políticas típicas e envolvem muitas partes que precisam pensar sobre o assunto em detalhes. As fontes inovadoras, as modalidades de acesso, a responsabilidade e os acordos de transparência também precisam de uma discussão mais técnica, antes de uma negociação mais aprofundada sobre esses tópicos.

Queremos destacar que é imperativo garantir o acesso de todos, com espaço adequado na sala. Se o acesso tiver que ser restrito devido à falta de assentos, o que seria altamente preocupante dada a importância do item, pelo menos três representantes por constituinte devem ter assento garantido, e uma sala adicional deve ser providenciada para os outros observadores.

Para garantir a acessibilidade de todas as populações, inclusive as que não falam inglês, devem ser tomadas providências adequadas para fornecer a tradução das discussões ou, no mínimo, facilitar o trabalho de tradutores externos à UNFCCC, considerando as atuais preocupações orçamentárias.